



GT 06 – Participação Social, Autoritarismo e Disputas pelo Direito à Cidade no contexto do neoliberalismo

AÇÃO POPULAR PELO DIREITO À CIDADE EM CONJUNTOS HABITACIONAIS PERIFÉRICOS: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO 'ZONA VIVA' EM FORTALEZA-CE

Janaina Gil Pessoa Pinheiro¹
Hirley Pinheiro de Souza²

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, sob a perspectiva do direito à cidade, discute a necessidade de implementação de projetos complementares ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), destacando o papel da ação popular insurgente na conquista de direitos e no redirecionamento das prioridades orçamentárias do Estado. O objetivo é evidenciar as conquistas dessas lutas em um contexto de planejamento urbano neoliberal e excludente. Nas últimas décadas, a produção habitacional de interesse social em Fortaleza concentrou-se na construção de grandes conjuntos do PMCMV em áreas periféricas da região metropolitana. A segunda fase do programa intensificou essa tendência, concentrando a produção em bairros no extremo sul da cidade, classificados pelo Plano Diretor vigente como de ocupação restrita devido à carência de infraestrutura e serviços urbanos. Destacam-se, como os mais representativos desse território, cinco grandes conjuntos habitacionais — Cidade Jardim 1 e 2, José Euclides Ferreira Gomes, Alameda das Palmeiras e Luiz Gonzaga — que juntos somam cerca de 21.250 unidades habitacionais³, majoritariamente ocupadas por famílias removidas de assentamentos precários em bairros centrais e pericentrais em função de obras de urbanização do PAC.

A despeito da implementação de instrumentos de garantia da função social da propriedade presentes na legislação brasileira, o reassentamento de populações de baixa renda para periferias distantes permanece como prática hegemônica, o que contribui para a reprodução de grandes territórios densamente povoados e carentes de infraestrutura. Em resposta, movimentos

1 Arquiteta Urbanista, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará, PPGAUD UFC, e-mail: janainagilpp@gmail.com.

2 Engenheiro Civil, Mestrando do Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará, PPGAUD UFC, e-mail: hirley.ppgaud@alu.ufc.br.

3 MAXIMO, F. R. C. C. ; PEQUENO, L. R. B. . Construir grandes conjuntos habitacionais periféricos não resolve o problema da moradia em Fortaleza. **Brasil de Fato - Ceará**, 03 mai.2024.



sociais passaram a reivindicar melhores condições de vida nesses espaços, inicialmente por meio da auto-organização política, materializada em atividades culturais de visibilização do território para além do estigma da violência urbana. Posteriormente, a reivindicação alcança espaços institucionalizados, com a pressão pela criação de políticas públicas reparatórias ao dano causado pela segregação socioespacial construída pelo modelo do MCMV. No caso analisado em Fortaleza, o Governo do Estado do Ceará parece reconhecer o problema e lança, em 2023, o projeto Zona Viva. Sob a coordenação da Secretaria da Proteção Social, a iniciativa prevê a implementação de pequenos equipamentos públicos próximos aos conjuntos habitacionais periféricos da capital, nos quais são realizadas atividades de qualificação profissional, além de ações nas áreas de cultura, esporte e lazer. A política vem sendo expandida no território e vem recebendo significativa atenção midiática.

A presente pesquisa tem como objetivo levantar considerações iniciais sobre o papel dessa política pública como instrumento de promoção do direito à cidade em conjuntos habitacionais periféricos. Para isso, adota-se como metodologia o estudo de caso do primeiro Zona Viva implementado — o Zona Viva Jangurussu⁴, localizado ao lado do conjunto habitacional José Euclides Ferreira Gomes. Ao considerar o processo de ação política empreendido pelos movimentos sociais e moradores do conjunto habitacional que levou à criação do programa, busca-se relacioná-lo à teoria do planejamento insurgente descritos por Miraftab⁵ e Tanaka, Oliveira e Coli⁶. Apresentam-se, aqui, evidências que relacionam as práticas adotadas pelos moradores com seus desdobramentos no desenho do projeto Zona Viva, bem como alguns possíveis impactos da implementação da política nesse território.

2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Este tópico traz um breve histórico das lutas sociais que culminaram na construção da política do Zona Viva, com base na análise de notícias jornalísticas e de entrevistas com lideranças locais. Ressalta-se que a política pública analisada emerge do esforço popular autônomo em enfrentar a exclusão socioespacial provocada pela ação (ou omissão) do Estado, promovendo a

4 GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Residencial José Euclides, em Fortaleza, recebe primeira unidade do Projeto Zona Viva. Fortaleza: **Governo do Estado do Ceará**, 04 ago. 2023.

5 MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano | Insurgency, planning and the prospect of a humane urbanism. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 363, 2016. DOI: 10.22296/2317-1529.2016v18n3p363. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499>. Acesso em: 6 jul. 2025.

6 TANAKA, G.; OLIVEIRA, F. L. de; COLI, L. R.. Planejamento autônomo e ação política na produção da cidade: movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo. In: **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional (ENANPUR)**. Natal. ANPUR, 2019.



democratização do acesso a equipamentos e serviços antes inexistentes no território. Com a chegada da pandemia de Covid-19, o impacto da carência de serviços básicos no território se agravou, exigindo da população novas estratégias de sobrevivência frente à insegurança alimentar. Nesse contexto, o MTST, movimento atuante no território, criou o Projeto das Cozinhas Solidárias, que, para além da distribuição de alimentos, tornou-se um espaço de convivência e educação política, sendo inclusive premiada pelo UNICEF como exemplo de tecnologia social marcada pela coletividade e pela autogestão. No entanto, a institucionalização dessa iniciativa por meio do programa “Ceará Sem Fome” distorce os princípios originais: as cozinhas passam a funcionar apenas como pontos de distribuição de quentinhas, atreladas a bases políticas governistas, sem vínculos com a comunidade nem dimensão formativa. O projeto, então, acabou tornando-se um exemplo de política territorialmente cega ou míope, em que, de acordo com Favaretto e Lotta⁷, o território é visto apenas como um elemento passivo onde se realiza a ação do Estado.

Semelhante às cozinhas solidárias, a política Zona Viva também nasce da organização autônoma da comunidade, inspirada em práticas culturais desenvolvidas nos territórios de origem dos moradores do Conjunto José Euclides. Em entrevista, Sérgio Farias — morador do conjunto, ativista e coordenador do MTST — destaca a ocupação de uma antiga banca de revistas no bairro Sapiroanga como uma experiência marcante, onde ocorriam saraus, atividades culturais e rodas de conversa que promoviam a integração comunitária e a reflexão política. Essa vivência foi levada pelos moradores reassentados para o José Euclides, onde, diante da ausência de espaços públicos, um terreno antes usado como depósito de lixo foi transformado em espaço de convivência e de ação cultural. Mesmo em meio à constante presença de operações policiais repressoras, esse espaço foi revitalizado e ocupado pela população, que passou a promover atividades culturais, consolidando-o como um equipamento comunitário autônomo. A política Zona Viva, após ser institucionalizada, foi implementada no terreno previamente ocupado pela comunidade. Seu objetivo era a redução da mortalidade entre jovens e adolescentes, por meio da criação de um espaço multifuncional voltado à cultura, tecnologia e qualificação profissional, com base nas demandas locais. A infraestrutura física é composta por contêineres equipados com salas multiuso, biblioteca, brinquedoteca, além de ensino voltado à educação de jovens e adultos. Posteriormente, o projeto foi replicado em outros cinco territórios da cidade, porém, sua difusão parece ocorrer com pouca variação na estrutura programática e com um esvaziamento da pauta de fortalecimento comunitário que caracterizou sua origem.

7 FAVARETO, A.; LOTTA, G. A longa evolução das ideias sobre Estado, políticas públicas e territórios: para além das políticas e abordagens territorialmente cegas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, p. e202229, 2022.



Apesar da institucionalização ter desviado, em certa medida, os sentidos e reivindicações originais dos moradores, seus efeitos práticos e simbólicos foram amplamente positivos, ao fortalecer conquistas locais. Exemplo disso é a criação, em parceria com a Secretaria Nacional das Periferias, da primeira agência comunitária de correios do Brasil no José Euclides, garantindo um serviço básico negado pela ausência de CEPs. A iniciativa reafirma o potencial da ação coletiva na construção de alternativas concretas de futuro para os territórios populares, diante de uma política habitacional que, historicamente, entrega casas, mas nega a cidade. Outra conquista simbólica foi a ressignificação do território, antes marcado majoritariamente pela violência e pela exclusão. O registro de cem dias sem homicídios no José Euclides, em janeiro de 2025, expressa o início dessa transformação e reforça os impactos de políticas construídas a partir do território, com protagonismo popular.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas descritas ao longo deste trabalho podem ser compreendidas como uma expressão concreta da teoria do planejamento insurgente em contextos de conflito territorial ao evidenciar o papel ativo do Estado neoliberal na destituição de direitos, como nos processos de reassentamento em condições precárias, e, simultaneamente, o protagonismo da organização autônoma dos movimentos sociais na construção de alternativas a esse modelo. Esses movimentos, ao atuarem em espaços frequentemente invisibilizados pelas políticas públicas tradicionais, conquistam legitimidade e reconhecimento ao “inventarem” formas de participação popular na disputa pelo direito à cidade. No caso do Zona Viva, percebe-se como o Estado, ao se apropriar de propostas populares, também é capaz de esvaziar parte de sua dimensão política e fortalecer interesses eleitorais. No entanto, mais do que a criação de um novo equipamento público, a proposta original do Zona Viva representa o reconhecimento do território como espaço simbólico e vivo, moldado pela ação coletiva. Sua potência está justamente na capacidade de produzir novas sínteses a partir da ausência do Estado, impulsionando políticas públicas locais revolucionárias e conectando os moradores ao pleno exercício de seus direitos.

REFERÊNCIAS

FAVARETO, A.; LOTTA, G.. A longa evolução das ideias sobre Estado, políticas públicas e territórios - para além das políticas e abordagens territorialmente cegas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, p. e202229, 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Residencial José Euclides, em Fortaleza, recebe primeira unidade do Projeto Zona Viva. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 04 ago. 2023. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2023/08/04/residencial-jose-euclides-em-fortaleza-recebe-primeira-unidade-do-projeto-zona-viva/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

MAXIMO, F. R. C. C. ; PEQUENO, L. R. B. . **Construir grandes conjuntos habitacionais periféricos não resolve o problema da moradia em Fortaleza**. Brasil de Fato - Ceará, 3 mai. 2024.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano | Insurgency, planning and the prospect of a humane urbanism. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 363, 2016. DOI: 10.22296/2317-1529.2016v18n3p363. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499>. Acesso em: 1 jul. 2025.

TANAKA, G.; OLIVEIRA, F. L. de; COLI, L. R.. Planejamento autônomo e ação política na produção da cidade: movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo. *In*: **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional (ENANPUR)**. Natal. ANPUR, 2019. Disponível em: <<https://xviiienanpur.anpur.org.br/anais-sts/>>. Acesso em: 01.jul.2025.